

CARLA TEREZINHA CALADO

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO:
Análise de sua construção na escola pública**

**CURITIBA
2003**

CARLA TEREZINHA CALADO

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO:
Análise de sua construção na escola pública**

Monografia apresentada ao setor de
Educação da UFPR , referente ao Curso de
Especialização: Organização do trabalho
Pedagógico sob orientação do professor
Ângelo Ricardo de Souza.

CURITIBA
2003

SUMÁRIO

RESUMO-----	05
INTRODUÇÃO-----	06
CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO-----	09
CAPÍTULO II – A REALIDADE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA PÚBLICA-----	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	38

RESUMO

O presente estudo sobre Projeto Político-Pedagógico foi realizado em uma escola pública de tempo integral, da Rede Municipal de Curitiba, situada na região sul da cidade. O trabalho teve por objetivo analisar algumas questões como: a definição do processo educativo pela escola; a elaboração do Projeto Político-Pedagógico; o compromisso dos professores com a qualidade de ensino e a avaliação do projeto pela escola. Para obter respostas a estas questões foram feitas análises do documento elaborado pela escola e também as entrevistas com alguns professores, com a pedagoga e com a equipe administrativa. O Projeto Político-Pedagógico mostra as intenções da escola, é um documento que apresenta a identidade da instituição. É fundamental que ele seja construído e analisado coletivamente, isto é, por toda a comunidade escolar. Através desse estudo foi possível constatar que a escola pública constrói seu Projeto Político-Pedagógico, mas que nem sempre ele é a identidade da escola e que existem professores preocupados e compromissados com a qualidade de ensino e outros nem tanto. É necessário que os vários segmentos da escola analisem o desenvolvimento das ações previstas com a finalidade de se fazer as mudanças necessárias durante o processo e não apenas ao final do ano letivo. É importante que o projeto político-pedagógico seja concebido, executado e avaliado sempre coletivamente, para que a escola possa construir sua autonomia e sua identidade, a partir de suas práticas.

INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição que possui a finalidade de socialização dos conhecimentos acumulados. Além de transmitir saberes pedagógicos, ele precisa ir além destas fronteiras, preparando o aluno para a vida. Para que a escola possa preparar o aluno para o exercício da cidadania, ela deve ser coerente com seus próprios propósitos, sendo democrática, igualitária, levando-o a promover mudanças significativas em seu meio, posicionando-se coletiva e individualmente com responsabilidade.

Acredito ser fundamental que a escola busque de diferentes maneiras, atingir o potencial de seus alunos, não se valendo apenas de uma linguagem, mas proporcionando várias experiências significativas e desafiadoras.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 no seu artigo 12, afirma que *“os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar a sua proposta pedagógica”*.

Porém, o aspecto legal por si só, não é suficiente, pois o que legitima o projeto político-pedagógico é a participação efetiva de toda a comunidade escolar. Sendo assim, a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação do seu projeto educativo.

Nessa perspectiva, segundo VEIGA (1997, p.12): *“é fundamental que ela assuma suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem*

essa iniciativa, mas que lhe dêem condições necessárias para levá-las adiante. Para tanto, é importante que se fortaleçam as relações entre escola e sistema de ensino”.

O projeto político-pedagógico é o documento que define as intenções da escola em realizar um trabalho de qualidade, é um documento que apresenta a identidade da instituição.

A construção do projeto político-pedagógico requer uma reflexão sobre as funções da escola por parte de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Este trabalho exige dinamismo, flexibilidade e comprometimento com a qualidade de ensino.

No projeto político-pedagógico são apresentados os objetivos da instituição, a formação que está sendo oferecida aos educandos, de que forma são trabalhados os conteúdos, enfim, a visão que a escola tem da educação.

O desafio da construção do projeto político-pedagógico vincula-se às intenções políticas e pedagógicas que fundamentam suas práticas. O projeto político-pedagógico deve partir da realidade de cada escola, *“uma vez que não há escolas iguais, mas instituições educativas que se constroem a partir de dinâmicas específicas”.* (SOUZA E CORREIA, 2002, p.57)

Por isso, faz-se necessário, pensar em algumas questões importantes que nortearão o presente estudo:

- como a escola pública define o seu processo educativo?
- como acontece a elaboração do projeto político-pedagógico?
- qual o compromisso dos professores com a qualidade de ensino?
- existe ou não uma avaliação constante do projeto político-pedagógico?

Atuando em escolas públicas desde 1994, senti a necessidade de realizar este estudo, com a intenção de fazer essas reflexões, pois muitos autores, fazem referências sobre como a escola deve construir o seu projeto político-pedagógico, mas não existem estudos acerca da avaliação deste procedimento.

Então o leitor verá que a bibliografia utilizada faz mais referência aos modos através dos quais a escola deve edificar o seu projeto político-pedagógico. Isto se deve pelo fato de que não encontrei, em levantamento bibliográfico, estudos acerca da avaliação deste procedimento, o que resultou em trabalho muito mais prospectivo do que analítico.

Num primeiro momento, este trabalho aborda, através de embasamento teórico, temas que são fundamentais e que envolvem a construção do projeto político-pedagógico como: autonomia, qualidade, liberdade, gestão democrática, valorização do magistério, elementos constitutivos para sua organização e os pressupostos norteadores do projeto.

Em seguida será realizada a análise do projeto político-pedagógico da escola investigada, que se situa na região sul do município de Curitiba, juntamente com as entrevistas feitas com a ex-diretora da escola (pois a construção do projeto político-pedagógico aconteceu durante a sua gestão); com a atual diretora; com a equipe pedagógica e com alguns professores que participaram da sua elaboração.

A conclusão deste trabalho apontará que a escola constrói o seu projeto político-pedagógico, mas que apesar de esforços de alguns profissionais ele ainda não faz parte do dia-a-dia da escola.

CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O projeto político-pedagógico tem sido objeto de estudo para professores, pesquisadores e instituições educacionais, visando à melhoria da qualidade de ensino.

É fundamental que a escola pública elabore seu projeto, tendo em vista a qualidade de ensino e não simplesmente um mero instrumento que precisa ser elaborado e em seguida engavetado.

Ao construir seu projeto político-pedagógico, as escolas planejam aquilo que têm intenção de realizar. Almejam um futuro diferente do presente. O projeto é uma ação intencional, um compromisso que é definido pelo coletivo da escola.

Por esse motivo se faz importante a construção do projeto político-pedagógico, pois ele só *“ganha sua significação na articulação com um projeto mais amplo de sociedade que se deseja e pela qual se luta”*. (SILVA, 1997)

Para GADOTTI, (1997, p.37):

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para amiscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tomam-se visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus autores e atores”.

Sendo assim, o projeto político-pedagógico vai além de planejamento e atividades. *“Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”*. (VEIGA, 1997, p.13)

Para ser construído e vivenciado por todos é necessário que os professores atuem na escola com competência e compromisso, fazendo com que o ensino realmente aconteça e a aprendizagem se concretize, pois o sucesso de uma escola é medido pelo desempenho de seus alunos.

“Se a escola conseguir oferecer uma educação de boa qualidade a todos os seus alunos, independente de sua origem social, raça, credo ou aparência, certamente, é uma escola de sucesso”. (DAVIS, 2002, p.77)

Em função disso, todo projeto pedagógico é político porque define uma posição do grupo, supõe uma proposta coletiva, consciente, fundamentada e contextualizada para a formação do cidadão. Segundo SAVIANI (1983, p.93): *“a dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica”*. Na dimensão pedagógica está a possibilidade de se efetivar a intenção da escola, ou seja, as ações educativas propostas pelo coletivo.

A construção do projeto político-pedagógico está fundamentada nos princípios que devem nortear a escola democrática, pública e gratuita.

a) Igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno na escola.

Para SAVIANI, existe uma desigualdade no ponto de partida, mas a igualdade no ponto de chegada deve ser garantida pela mediação da escola.

O autor diz ainda que: *“só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia como realidade no ponto de chegada”*. (1982, p.63)

b) Qualidade para todos sem privilégios.

O projeto político-pedagógico deve proporcionar uma qualidade de ensino para todos, ou seja, é preciso que a escola garanta a permanência dos alunos que nela ingressarem.

Cabe a ela propiciar uma aprendizagem significativa para seus alunos. Ela precisa ser relevante para a vida do aluno e articular-se com seus conhecimentos anteriores.

Essa articulação acaba formando uma estrutura cognitiva – uma forma de pensar sobre o real de forma mais complexa.

A aprendizagem será alcançada se for desafiadora para o aluno pois, aprender é algo que sempre desperta novas questões, levanta novos problemas e que muitas vezes não temos a solução.

Segundo LIBÂNEO, a qualidade de ensino significa ter clareza sobre “o que os estudantes aprendem, como aprendem e em que grau são capazes de pensar e atuar com o que aprendem”. (2001, p.57)

A qualidade *“implica consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar”*. (DEMO, 1994, p.19)

O projeto político-pedagógico visa, portanto, qualidade, a qual sempre possui uma concepção social. Segundo LIBÂNEO (2001,P.54): *“escola com qualidade social, significa a inter-relação entre qualidade formal e política, é aquela baseada no*

conhecimento, na ampliação de capacidades cognitivas, operativas e sociais, com alto grau de inclusividade”.

c)Gestão democrática que inclui a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola.

VASCONCELLOS (1995, p.52), enfatiza a relevância da participação coletiva afirmando que:

“o mais importante do que ter um texto bem elaborado, é construirmos o envolvimento e o crescimento das pessoas, principalmente dos educadores, no processo de construção de projeto, através de uma participação efetiva naquilo que é essencial na instituição, que o planejamento seja do grupo e não para o grupo. Como sabemos, o problema maior não está tanto em se fazer uma mudança, mas em sustentá-la. Daí, a essencialidade da participação”!

Desta forma, o projeto político-pedagógico deve ser elaborado, executado, avaliado e atualizado por todos os profissionais que estão envolvidos no processo de formação dos alunos da escola.

Permitindo e garantindo a participação dos professores na elaboração, execução, avaliação e atualização do projeto da escola é que o torna um instrumento que possibilita a inclusão do professor na gestão das atividades pedagógicas do processo de formação dos alunos. Um projeto condizente com as necessidades da comunidade também é um instrumento de inclusão dos alunos na própria sociedade.

A gestão democrática visa a ampla participação dos sujeitos dos diferentes segmentos da escola nas decisões e ações da escola.

d) Liberdade que está associada à idéia de autonomia. Para RIOS(1982, p.77): *“a escola tem uma autonomia relativa e a liberdade é algo que se experimenta em situação e esta é uma articulação de limites e possibilidades”*.

Nesse sentido, a autonomia da escola é construída a partir do seu projeto político-pedagógico, que contribui para o exercício de democratização dos espaços públicos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 em seu artigo 15 diz que *“os sistemas de ensino assegurarão as unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica...”*, então se constata que a LDB identifica a escola como um importante espaço educativo, sendo assim, é a escola que define os rumos que ela deve tomar para cumprir melhor sua função social, à medida que busca construir sua autonomia.

e) Valorização do magistério que é o princípio central na discussão do projeto político-pedagógico.

VEIGA E CARVALHO (1994, P.50), afirmam que: *“o grande desafio da escola, ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mera repetidora de ‘programas de treinamento’, é ousar, assumir o papel predominante na formação dos profissionais”*.

A formação continuada dos professores deve estar centrada na escola e fazer parte do projeto político-pedagógico.

Segundo LIBÂNEO (2001,p. 189):

“para os professores a formação contínua é condição para a aprendizagem permanente e o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional. É na escola, no contexto de trabalho, que os professores enfrentam e resolvem problemas, elaboram e modificam, procedimentos, criam e recriam estratégias de trabalho e, com isso, vão promovendo mudanças pessoais e profissionais”.

Segundo VEIGA (1995, p. 23-32), na construção do projeto político-pedagógico é fundamental analisar alguns elementos constitutivos para sua organização como:

- as finalidades da escola – os educadores precisam ter clareza sobre as ações educativas. A escola deve assumir, como tarefa principal, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa;

-a estrutura organizacional – tem por objetivo, identificar quais estruturas a escola valoriza.

Na estrutura organizacional se encaixam as estruturas administrativas que são os recursos humanos, físicos, financeiros e as estruturas pedagógicas que organizam a ação educativa da escola;

-o currículo – é o elemento mais importante do projeto político-pedagógico, pois ele é a construção social do conhecimento, ele implica na interação entre sujeitos que possuem um mesmo objetivo.

É fundamental aqui salientar alguns pontos considerados importantes sobre o currículo. O primeiro ponto é que o currículo não é neutro, pois ele passa uma

ideologia, ou seja, ele tem intenções e expressa interesses com maior poder na escola e/ou sociedade.

Estudos realizados a partir de 1960, mostram que no interior das escolas existem vários níveis de currículo: o formal, o real e o oculto.

O currículo formal refere-se ao conjunto das diretrizes normativas, por exemplo: os Parâmetros Curriculares Nacionais divulgados pelo Ministério da Educação.

O currículo real é o que de fato acontece na sala de aula. Segundo LIBÂNEO (2001, p.145): *“ele tanto pode expressar a autonomia da escola, o desejo dos professores e da equipe escolar, os objetivos dos integrantes da escola, quanto diferentes interpretações, ênfases e até, distorções de conteúdo, em relação às ciências que dão origem as matérias escolares”*.

O currículo oculto representa o que os alunos aprendem pela convivência espontânea, no dia-a-dia da escola. São comportamentos que se constituem na escola e no meio social do aluno. O currículo oculto não aparece no planejamento, mas se constitui um fator importante de aprendizagem.

Para LIBÂNEO (2001, p.146):

“o currículo é o conjunto dos vários tipos de aprendizagens, aquelas exigidas pelo processo de escolarização, mas também aqueles valores, comportamentos, atitudes que se adquirem nas vivências cotidianas na comunidade, na interação entre professores, alunos, funcionários, nos jogos e recreio e outras atividades concretas que acontecem na escola que denominamos ora de currículo real, ora de currículo oculto”.

O segundo ponto é que o currículo não pode ser separado do contexto social, pois ele é historicamente construído.

As escolas são orientadas para uma organização hierárquica e fragmentada. É fundamental que a escola busque novas formas de organização do currículo. O conhecimento escolar precisa estabelecer relações com as várias disciplinas curriculares, tomando- as partes de um todo.

O quarto ponto diz respeito ao controle social do currículo, pois, o currículo formal (os conteúdos, a metodologia e recursos, a avaliação e a relação pedagógica), implica controle;

- o tempo escolar – o calendário escolar define o início e o fim do ano letivo.

VEIGA (1995, p.29), afirma que: *“A organização do tempo do conhecimento escolar é marcada pela segmentação do dia letivo, e o currículo é, conseqüentemente, organizado em períodos fixos de tempo que muitas vezes é desperdiçado e controlado pela administração e pelo professor”*.

Quanto mais segmentado for o tempo letivo, mais hierarquizadas serão as relações de trabalho;

-as relações de trabalho – o projeto político-pedagógico precisa considerar que estas relações deverão estar calcadas nas atividades de solidariedade, cooperação e participação coletiva.

Todo esforço de se gestar uma nova organização deve levar em conta as condições concretas presentes na escola.

A avaliação deve ser um compromisso mais amplo, feito por toda a comunidade escolar.

É a avaliação que revela se a escola está cumprindo seu papel e oferecendo uma educação de qualidade. Portanto a avaliação precisa ser encarada como um importante instrumento. Ela mostra os pontos frágeis do ensino permitindo reflexões sobre novas formas de ensinar. Possibilita identificar os professores que necessitam de cursos para atualização de seus conhecimentos e ainda pode subsidiar as metas que a escola se propõe a alcançar.

Sendo usada desta forma, a avaliação torna-se uma atividade capaz de promover o sucesso da aprendizagem e a permanência de todos os alunos na escola.

Segundo LIBÂNEO (2001, p.216): *“é preciso chegar até a sala de aula para obter conhecimentos mais precisos sobre os processos de ensino e aprendizagem, as relações entre professores e alunos, a qualidade cognitiva da aprendizagem, as práticas de avaliação”*.

Para a elaboração do projeto político-pedagógico é imprescindível saber os pressupostos que o norteiam.

Segundo VEIGA (1998, p.19-22), são:

a) pressupostos filosóficos-sociológicos – fazem com que se levante, algumas indagações como:

- Que concepção de homem se tem?
- Que entendemos por cidadão e cidadania?
- Qual contexto filosófico, sociopolítico, econômico e cultural que a escola está inserida?
- Como a escola deve responder as aspirações dos alunos, dos pais e dos professores?

b) pressupostos epistemológicos: o conhecimento deve ser pautado na socialização e na democratização do saber. O conhecimento deixa de ser visto como estático e passa a ser focado como processo.

Algumas questões a ser discutidas nesse pressuposto:

-O que significa construir o conhecimento na educação básica?

-Como construir um conhecimento interdisciplinar e globalizador, conseguindo, de fato, trabalhar o específico e avançar para a compreensão das relações sociais?

-Como avançar a prática pedagógica de forma que o conhecimento seja trabalhado como processo e, dessa forma contribuir para a autonomia do aluno, do ponto de vista intelectual, social e político, favorecendo a cidadania?

-Como definir o essencial e o complementar na organização do conhecimento curricular?

-Qual é a concepção de conhecimento, currículo, ensino, aprendizagem e avaliação?

c) pressupostos didáticos-metodológicos: referem-se à sistematização do processo ensino-aprendizagem, favorecendo ao aluno a *“elaboração crítica dos conteúdos, por meio de métodos e técnicas de pesquisa que valorizem as relações solidárias e democráticas”*. (VEIGA, p.23)

Além dos princípios, dos elementos constitutivos e dos pressupostos norteadores do projeto político pedagógico é válido ressaltar aqui os movimentos do processo de construção desse projeto chamados de **marcos**¹. Três marcos distintos, mas que são interdependentes:

a) marco situacional – é a descrição da realidade na qual estamos desenvolvendo nossa ação, realidade brasileira do Estado, do município e da escola. Faz-se necessário aqui analisar as contradições e conflitos que estão presentes na prática docente: reflexão teórico-prática.

Segundo NETO, a partir dessas questões é possível reconhecer que:

“(...) em suas forças e fraquezas; de maneira transparente: a compreensão dos movimentos educativos que se processam no seu interior; o estabelecimento das relações existentes entre o fazer pedagógico e as questões sociais mais amplas, bem como as relações de mútua interdependência são fatores determinantes a serem considerados na elaboração do projeto político-pedagógico e da escola (...)” (1996, p.21)

1- Os três marcos mencionados aqui são elaborados da professora Maria Madselva Ferreira Feijes da UFPR.

b) marco conceitual – diz respeito à concepção de sociedade, de homem, educação, conhecimento, escola, ensino-aprendizagem e avaliação:

- critérios de organização interna da escola;

- princípios de gestão democrática;

- acesso, permanência, capacitação continuada dos educadores e qualidade do ensino-aprendizagem;

- o currículo da escola pública;

- = a dinâmica do currículo;

- = reflexão sobre o trabalho pedagógico;

- o trabalho coletivo;

- = a prática transformadora;

- = o que a escola pretende do ponto de vista político e pedagógico.

Para SERAFIN (1987, p.205), *essa prática é uma “contínua atividade de investigação e reflexão na ação e sobre a própria ação, uma vez que se vai fundamentando em uma teorização sobre o atuado. Supõe, pois, uma prática dos atores”*.

b) marco operacional = são as grandes linhas de ação. Aqui são tomadas as decisões de como se atingirão as metas propostas:

- = redimensionamento da organização do trabalho pedagógico;

- = tipo de gestão;

- = recursos que a escola dispõe para realizar seu projeto;

- = critérios para a elaboração do calendário escolar, horários letivos e não-letivos, especificando a capacitação de professores, funcionários e outros segmentos, como

pais e alunos, esclarecendo a necessidade de formação inicial e continuada dos profissionais da escola;

- critérios para organização e utilização dos espaços educativos (internos e externos);

- critérios de organização das turmas e distribuição por professores em razão de especificidade inerentes à estrutura curricular e dos cursos ofertados pela escola;

- diretrizes para avaliação de desempenho do pessoal docente e não-docente, do currículo, das atividades extra-curriculares e do projeto político-pedagógico;

- intenção de acompanhamento aos egressos (avaliação da real função da escola em relação à sociedade);

- práticas avaliativas do processo de ensino-aprendizagem e do processo de planejamento.

Os movimentos de elaboração do projeto político-pedagógico, direcionam-se para a construção de uma identidade própria da escola, buscando uma ação organizada, transformadora e renovando as relações cotidianas do ambiente escolar.

CAPÍTULO II – A REALIDADE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA ESCOLA PÚBLICA

Conforme mencionei na introdução deste estudo, existem muitos autores que se referem ao projeto político-pedagógico, retratando como deve ser construído, mas não encontrei bibliografia referente à efetivação e avaliação dele ao longo do ano escolar.

Por esse motivo, resolvi pesquisar sobre sua efetivação ou não na escola pública e, mais além ainda, saber se existe uma avaliação deste projeto pela comunidade escolar.

Para realizar este trabalho, escolhi uma escola pública (de tempo integral), da Rede Municipal de Curitiba, situada na região sul da cidade.

Com o intuito de entender a sua elaboração e, talvez, sua efetivação, fiz a leitura do Projeto Político-Pedagógico da escola e também entrevistas com a ex-diretora que na época era a diretora da escola (2001), com a atual diretora que foi eleita no final de 2002, com a equipe pedagógica e com alguns professores que trabalhavam na escola na época.

A análise da construção do projeto político-pedagógico, tem como principal objetivo mostrar a importância desse projeto, o papel do professor, conteúdos priorizados. Além disso, como a escola discute (ou não), se acontecem reflexões e avaliação. Enfim, se o projeto político-pedagógico é ou não a identidade da escola investigada.

Ao elaborar seu projeto é necessário que a escola fundamente-o com alguns princípios e um deles é a gestão democrática que significa a participação de toda a comunidade escolar.

Quanto à questão da elaboração do projeto político-pedagógico, a pedagoga da escola relatou que ao longo dos anos, o projeto vinha sendo construído, só que ficava em papéis soltos, pois a escola tinha uma rotatividade muito alta de professores. *“Em 2000/2001, juntamos toda a documentação e em grupo escrevemos a proposta. Os professores contribuíram de maneira significativa, pois são eles que fazem a interação aluno X professor, e é imprescindível conhecer a concepção de homem, sociedade,...”*

Todos os professores entrevistados disseram que participaram da construção do projeto. Porém cabe aqui ressaltar que alguns professores não participaram por completo de sua elaboração, pois segundo a ex-diretora: *“no início das discussões, as reuniões noturnas foram satisfatórias, os professores faziam anotações para o texto, mas com o decorrer do ano, eram pouquíssimos os professores que compareciam às reuniões. Existiram algumas reuniões para que todos os segmentos tivessem uma visão global do documento, pois os professores reclamavam que era só discutido e anotado o que se dizia, mas não conseguiam ter uma noção do todo, como estava e o que poderia ser mudado”.*

A ex-diretora disse que além das reuniões à noite, aconteciam discussões nas **permanências²** dos professores com o encaminhamento das pedagogas.

2- Nome dado à hora-atividade de 20% que os professores da Rede Municipal de Curitiba possuem.

A equipe administrativa, segundo ela, fez um trabalho com os funcionários da escola, explicando a importância da participação deles na construção do projeto.

Ainda, segundo ela, os pais não tiveram uma participação efetiva nas discussões, pois se sentem excluídos. Pode-se fazer uma reflexão sobre o que a escola deve fazer para existir uma participação mais efetiva dos pais.

O projeto político-pedagógico da escola mostra, através de uma pesquisa feita com as famílias que possuem filhos na escola, que a maioria dos pais possuem o ensino fundamental incompleto, e que, por esse motivo vêm-se excluídos, ficando para a escola uma responsabilidade ainda maior do que a educação sistematizada de seus alunos.

Para PARO (1997, p.57):

“As condições de vida da população enquanto fator determinante de baixa participação dos usuários na escola pública mostram-se tanto mais sérias e de difícil solução quanto se atenta para o fato de que este é um problema social cuja solução definitiva escapa às medidas que se podem tomar no âmbito da unidade escolar. Entretanto, parece que isto não deve ser motivo para se proceder de forma a ignorar completamente providências que a escola pode tomar no sentido não de superar os problemas, obviamente, mas de contribuir para a diminuição de seus efeitos na escola”.

Ou seja, é preciso que a escola possibilite a participação mais ampla dos pais, não chamando-os somente em caso de reuniões para saber do desempenho escolar de

seus filhos, mas promover momentos onde possam discutir sobre as várias situações que acontecem no dia-a-dia da escola.

Vale ressaltar então que o Projeto Político-Pedagógico da escola começou de forma coletiva, mas acabou sendo finalizado por um pequeno grupo da comunidade escolar.

Outro princípio que norteia a construção do projeto político-pedagógico é a qualidade de ensino para todos.

O projeto diz: *“Buscamos construir uma sociedade justa, sem preconceitos, com valores morais, culturais e sociais, de respeito mútuo e comprometimento social rumo ao progresso do país do qual só será possível na medida em que as pessoas se conscientizem de sua cidadania”*. (p.22)

E mais: *“ para superarmos esta realidade em que se vive, lutaremos por uma sociedade única sem divisão de classes sociais, uma sociedade realmente democrática onde haja a valorização do ser humano, onde as pessoas possam ser conscientes e críticas”*. (p.21)

Apesar do projeto fazer referência sobre conscientização e criticidade dos alunos, os conteúdos e as áreas do conhecimento aparecem isolados uns dos outros, não indicando a interdisciplinaridade entre as áreas, mesmo sendo a escola organizada em ciclos de aprendizagem.

Sobre este ponto foi perguntado a um professor que conteúdos deveriam ser priorizados, para a formação da cidadania. Segundo a professora entrevistada, *“a filosofia está presente em todas as áreas do conhecimento, assim trabalhamos valores.*

É a ética que deve permear toda a vida acadêmica dos educandos, tomando-os cidadãos conscientes”.

Para PRADO (2000, p.13):

“O cidadão, porém, é mais do que apenas o habitante. É aquele que está interessado no que acontece em sua comunidade. Para alunos e professores, a cidade é a escola. Do ponto de vista do educador, a cidadania passa por boas relações com os colegas, com a direção, com os funcionários – pelo de ensinar, ou seja, formar cidadãos. Do ponto de vista do aluno, ela reside no direito de ir à escola e só começa a fazer sentido quando ele aprende”.

A professora ainda disse: *“Sempre que é possível fazer a integração entre as áreas ela acontece. Procuro trabalhar com as crianças que o hoje é consequência do ontem. Assim, a disciplina de História está presente em outras áreas do conhecimento nas quais trabalho: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia e Ciências”.*

Observa-se que, apesar de não aparecer a integração dos conteúdos e das áreas do conhecimento nos ciclos de aprendizagem, há professores que trabalham de forma interdisciplinar.

O projeto ainda faz referência sobre a *“obrigação da formação do cidadão, o que implica na alfabetização em todas as áreas da ciência, historicamente construída, através do trabalho com conteúdos significativos”.* (p. 22)

Segundo a pedagoga da escola, a concepção deste projeto é a sóciointeracionista, pois o bom ensino é aquele que incentiva a criança a pensar e a sentir de diversas formas.

Para FERREIRA (1998,p.112) : *“por meio do projeto pedagógico em ação, se formarão as personalidades dos alunos e se fortalecerá cada um dos membros da escola, que, conscientes dos objetivos a serem trabalhados, seu significado e os valores que os sustentam, reavaliarão, na sua própria prática, as suas vidas e as prioridades”.*

Outro princípio que norteia o projeto político-pedagógico é a valorização dos professores. Sobre este princípio o projeto faz referências com relação ao plano de ação continuada dos educadores.

Uma das referências diz que é *“imprescindível que se implante nas escolas uma sistemática de encontros, reuniões, onde os professores e coordenadores possam estar analisando conjuntamente seu fazer pedagógico, apesar do nível de escolaridade em que se encontram professores e funcionários da escola”.* (p. 96)

Com a implantação dos ciclos de aprendizagem o projeto diz que: *“intensificou-se estudos sobre a organização curricular na escola, pois não se trata de uma mera supressão da reprovação de alunos, mas de uma reformulação de dinâmica pedagógica”.* (p. 26)

Sobre este princípio o projeto ainda diz que: *“o que importa é que se instaure na escola um processo de reflexão sobre a prática social, global, culminando na construção de um projeto comum que servirá de diretriz para a avaliação e reformulação constante do trabalho escolar”.* (p.97)

A seguir, o projeto descreve como acontecem os momentos das trocas de experiências entre os educadores da escola.

“Além do processo de capacitação continuada pela SME, a escola vem realizando encontros e discussões nesse sentido, sendo a escola um espaço aberto e democrático onde todos possam opinar, sugerir, analisar e propor novos encaminhamentos como:

- semana pedagógica na própria escola;*
- estudos durante a permanência (hora atividade);*
- pesquisa (elaboração de projetos);*
- ciclos de estudos e encontros no período da noite;*
- palestras por profissionais na escola, com temas sugeridos pelos professores;*
- conselho de classe participativo, com envolvimento dos alunos;*
- análise e discussão de documentos enviados à escola via malote;*
- avaliação dos encontros com retorno aos profissionais;*
- troca de experiências entre as escolas, etc...” (p.98)*

“Quanto aos cursos ofertados pela SME ou por outras entidades, seguem-se os seguintes critérios:

- a) dar prioridade ao profissional que esteja atuando com o tema do curso em questão;*
- b) os professores que têm permanência no dia em que o curso está sendo ofertado;*
- c) de acordo com o interesse do profissional;*
- d) reunião para chegar a um consenso do grupo. (p. 101)*

Apesar do projeto político-pedagógico assegurar todos esses encontros, alguns deles não ocorrem.

Um deles é a troca de experiências, pois os professores disseram que trocam experiências somente com os professores que fazem as permanências no mesmo dia. Isso acaba acarretando um distanciamento entre eles, pois há a troca de experiências somente com aqueles que estão de permanência. É preciso refletir sobre a melhor forma para se concretizar a troca de experiências entre todos os professores da escola.

Por ser uma escola de tempo integral, a troca de experiências se torna mais complicada, pois os professores que trabalham no Complexo II sentem-se excluídos porque não há encontros que proporcionem o diálogo entre eles e os professores do Complexo I.

Vale aqui ressaltar que no Complexo I ficam as salas de aula, a equipe pedagógica-administrativa e a secretaria. No Complexo II ficam os três pisos onde se trabalha com oficinas e a equipe pedagógica.

Com essa divisão do espaço físico dentro da escola, é preciso tomar cuidado para que a escola não acabe transformando-se em duas.

É preciso que a equipe pedagógica desenvolva atividades entre todos os professores da escola. Para que essa divisão não ocorra é fundamental que o planejamento seja coletivo para haver realmente essa integração.

Quanto ao planejamento que é uma questão também muito importante para o sucesso da escola, o projeto assegura que ele *“é feito nas reuniões de calendário e nas permanências, visando sempre a integração do conteúdo entre os professores dos ciclos e de período da manhã e tarde, bem como os Complexos I e II”*. (p. 30)

E ainda sobre o planejamento: *“Todos os segmentos devem contribuir para que nosso objetivo maior seja atingido, que é a verdadeira aprendizagem por parte dos alunos”*. (p. 23)

“Como educadores nossa função é de mudar, transformar, dar significados e estímulos para que o aluno sinta-se motivado para o aprendizado. Assim ele poderá tomar-se um cidadão crítico e consciente capaz de analisar situações e propor soluções, certo de suas potencialidades, conscientes de seus atos, preocupando-se com seu futuro, com a natureza buscando um auto conhecimento capaz de mudar a realidade e transformar a história em que ele participa.

Conteúdo e forma serão planejados em estreita articulação, a fim de garantir o sentido de ensinar, ou seja, do ato de organizar, articular e apresentar os conteúdos para que possam ser aprendidos realmente.

O papel do professor é fundamental no processo ensino-aprendizagem assim, como o relacionamento entre ambos, que deve ser de respeito mútuo, amigável, de reciprocidade, segurança”. (p. 24)

Sobre o planejamento, a pedagoga diz que: *“O planejamento tem caráter de reversibilidade (flexibilidade) e tem que ser adequado e revisto conforme a realidade de cada turma”*.

Conforme já mencionei, não existe uma integração entre os dois Complexos, os professores nas permanências dificilmente trocam experiências pois, os professores do Complexo I ficam na sala dos professores e os do Complexo II, geralmente ficam na sala da pedagoga.

Para SOUZA E CORRÊA (2002, p.69): *“(...) não aprendemos o significado do planejar, o qual deveria ser construído no contexto da ação. Cabe ressaltar, ainda, que esse contexto da ação não é isolado, individual, mas implica as interações dos diversos sujeitos envolvidos”.*

Outro importante elemento constitutivo para a elaboração do projeto é a avaliação dos alunos, seu desempenho escolar no ciclo que está inserido.

A avaliação é descrita no projeto em forma de critérios. Cada área do conhecimento possui seus critérios de forma isolada, onde o aluno no final de cada ciclo deverá atingir esses critérios para progredir no ciclo.

A partir desse momento farei uma análise geral da proposta. O que consta no projeto sobre a avaliação do mesmo.

“Nosso Projeto Pedagógico por não se tratar de um projeto estático, mas dinâmico e flexível, requer uma avaliação contínua, permanente, para um diagnóstico que realmente o processo, envolvendo todos os segmentos que interagem na escola.

Como proposta para esta avaliação as dinâmicas de trabalho serão:

- reuniões da equipe pedagógica-administrativa;*
- reuniões da equipe pedagógica-administrativa com professores e funcionários;*
- reuniões com pais, com palestra de interesse da comunidade;*
- reuniões de pais para acompanhamento do processo pedagógico e aberto a sugestões;*
- reuniões de conselho de escola com pauta definida para trazer sugestões e avaliações;*

-reuniões de conselho de escola com pauta definida para propor e validar os encaminhamentos do Projeto Pedagógico a cada dois anos;

-questionário de avaliação ao final de cada ano letivo;

-caixa de reclamações e sugestões aberta na secretaria para posterior respostas quando assinadas;

-equipe pedagógica-administrativa a disposição, para esclarecimentos e orientações para promover a integração escola e comunidade.

As avaliações não devem se restringir à dinâmica da escola, mas também ao desenvolvimento pedagógico, se está ou não atingindo a comunidade em que está inserida e propiciar condições para que haja uma participação coletiva de todos os segmentos no processo educativo". (p.102)

É possível aqui constatar que a avaliação do projeto não aconteceu conforme o que se pretendia, pois as dinâmicas de trabalho para avaliação do projeto político-pedagógico propostas não aconteceram.

Os professores entrevistados disseram que não foram feitas reuniões para discussão e avaliação do projeto.

Segundo a pedagoga, os professores não discutem o projeto, pois *"alguns preferem elaborar atividades, fazer o planejamento..., não demonstram interesse em rever a proposta pedagógica da escola, ou se atualizar, lendo, discutindo, analisando..."*

Sobre o conhecimento do projeto pelos professores novos na escola a pedagoga diz que: *"os professores deveriam conhecer procurando os exemplares – que são três – ou a equipe pedagógica, pois são oriundos de outras escolas e sabem que nas escolas municipais existe o Projeto Político-Pedagógico".*

Cabe aqui ressaltar que a equipe pedagógica tem a obrigação de sentar com os professores, tanto os novos quanto os que já fazem parte da escola há mais tempo e apresentar o Projeto. Vale observar que muitos professores são novos na Rede Municipal de Curitiba e não sabem o que é o projeto político-pedagógico.

A ex-diretora da escola acredita que o projeto precisa ser lido, principalmente pelos professores novos na escola. *“Precisa ser discutido novamente, pois agora há uma nova equipe administrativa”*. Ao seu ver, existem várias mudanças feitas pela nova direção.

A atual diretora disse que o projeto é bom, mas que necessita de mudanças para poder se adaptar às novas realidades da escola, como por exemplo a organização dos espaços físico, administrativo e pedagógico e também a organização das turmas e oficinas do Complexo II.

Para SOUSA E CORRÊA (2002,p.66):

“Em nenhum momento o projeto pedagógico deve se colocar à parte do cotidiano da escola e da prática real dos sujeitos do processo educativo. Devemos fazer uma análise das características organizacionais da escola para identificar as suas áreas críticas que inviabilizam o sucesso escolar e as áreas que possuem um potencial a ser desenvolvido. Portanto, os movimentos de elaboração do projeto pedagógico devem dialogar permanentemente com esse cotidiano e nele intervir, transformando-o”.

A pedagoga considera que os professores têm um papel muito importante na avaliação do projeto. É essencial que eles o revejam constantemente junto ao coletivo, *“sugerindo, avaliando e participando na reformulação que se fizer necessário, pois o projeto político-pedagógico não é um documento pronto e acabado”*.

A atual diretora disse que neste primeiro ano de gestão, o projeto não foi mudado, mas que em dezembro de 2003 serão feitas reflexões sobre o Projeto Político-Pedagógico da escola com o objetivo de analisar e avaliar a realidade da escola. *“Serão discutidas nessa reunião com a equipe pedagógica-administrativa e os professores, metas e ações para o ano de 2004”*. Finaliza a pedagoga.

Para completar, é importante a participação não só dos professores e equipe pedagógica-administrativa, mas sim de todos os funcionários e também os pais dos alunos da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, em seu artigo 12 diz que fica a cargo das escolas a elaboração e execução do seu projeto pedagógico.

Após a análise do documento produzido pela escola e das entrevistas, é imprescindível fazer algumas considerações que são importantes.

A escola defende o princípio da gestão democrática na realização do projeto, mas ficou evidente que nem todos participaram da sua elaboração.

Outro fator importante a ser considerado é a falta de conhecimento por parte dos professores (principalmente os novos na escola). Apesar de a pedagoga dizer que eles deveriam buscar o documento com a equipe pedagógica, acredito que isso deva partir do pedagogo da escola. Apresentar então o projeto político-pedagógico da escola é função exclusivamente dele, pois ali está o que rege a escola, sua filosofia, seus encaminhamentos metodológicos, avaliação, enfim, é o rumo que a escola deve seguir para atingir a qualidade de ensino que é tantas vezes mencionada no projeto.

Se há na escola uma alta rotatividade de professores, o que acontece todo ano, o trabalho de discussão do documento deve ser constante, para que toda a escola esteja envolvida com o objetivo de refletir sobre o processo ensino-aprendizagem que se busca para a melhoria da qualidade de ensino.

Durante a realização desse estudo, constatei que são poucos os professores que estão preocupados com a avaliação do projeto. Não existe o desejo de ler o projeto nas permanências, acredito que isso aconteça devido às várias atividades que o professor

precisa realizar durante sua permanência como: correção de cadernos, atividades para a semana, preenchimento de encaminhamentos de crianças, etc.

Em consequência disso, a discussão do projeto acaba sempre ficando para depois e nunca acontecendo.

Acredito que, antes de tudo, é preciso convencer o professor que dele depende o sucesso ou o fracasso dos alunos.

É preciso conscientizá-lo de que não é só elaborar o projeto, mas sim, fazer constantes reflexões sobre ele, pois o projeto político-pedagógico norteará o caminho a ser percorrido pela comunidade escolar.

O projeto desta escola foi elaborado durante a gestão anterior e isso significa que aconteceram mudanças, principalmente na organização do espaço físico. O que consta no projeto não é o que realmente se tem na escola (principalmente nas oficinas do Complexo II).

A escola em seu projeto assegura que: *“Com o nosso Projeto Pedagógico há uma vontade generalizada de mudar. O desejo de mudar que é inerente ao homem parece tomar-se mais forte nesse momento em que a escola reflete sua ação dia-a-dia para redigir seu projeto.*

Mas, se por um lado se respira uma atmosfera gravada de mudanças, por outro é preciso que todos – professores, pais e equipe pedagógica-administrativa – estejam atentos às pessoas ou grupos de pessoas que resistem às mudanças, que se negam a perceber o movimento das águas.

As mudanças que faremos não se confundem com o modismo. Mudar significa, antes de tudo ser capaz de vislumbrar novas perspectivas, novas mudanças.

Mudar não significa apenas acreditar no desenvolvimento dos outros , mas, principalmente no auto desenvolvimento. Mudar significa desenvolver em si e nos outros a convicção de que as atitudes ensinam mais que palavras. Mudar significa dar-se conta de que a razão de ser escola é estimular o pensamento e não forjar copiadores. Mudar significa, enfim, dar asas a imaginação, lugar onde o homem se reconhece e procura se explicar, resultado da reflexão coletiva e que determina uma unidade de ação". (p. 103)

Pode-se observar aqui, que no documento está a vontade de mudar, mas na realidade essa mudança não faz parte do dia-a-dia dos professores. Isso significa que a equipe pedagógica-administrativa precisa resgatar o desejo das mudanças em seus professores, pois alguns deles possuem essa vontade, porém muitas vezes são impedidos por outros que são resistentes ao novo.

Pude constatar e até responder as indagações feitas no início desse trabalho. A escola até constrói o seu Projeto Político-Pedagógico, alguns professores têm o espírito de mudanças, estão engajados com o compromisso da escola e com a qualidade de ensino, outros nem tanto.

Mas o que ficou claro é que não são promovidos encontros com a comunidade escolar. Ele foi escrito porque era preciso, mas foi esquecido. Sendo assim, a avaliação do projeto não aconteceu.

Para que não se tome mais um documento burocrático é essencial que haja o compromisso de todos em busca de uma escola mais cidadã, visando a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Serafin. O projeto educativo de centro. Barcelona: Grão, 1987.
- COSTA, Marisa Vorraber. (org). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro; DP&A, 2001.
- CURY, Carlos R Jamil. Educação e contradição. São Paulo: Cortez, 1995.
- DAVIS, C; OLIVEIRA, Z. R. Psicologia da educação. São Paulo: Cortez, 1997.
- DEMO, Pedro. Educação e qualidade. Campinas: Papyrus, 1994.
- ENGUITA, Mariano F. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- FERREIRA, Naura S. Carapeto. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes indispensáveis à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. Educação e compromisso. Campinas: Papyrus, 1992.
- _____, Moacir. Escola cidadã: questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____, Moacir; ROMÃO, José E. (org). Autonomia da escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.
- GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.
- MOREIRA, Antônio Flávio B. (org). Conhecimento educacional e formação do professor. Campinas: Papyrus, 1994.

- _____, Antônio Flávio B; SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). São Paulo: Cortez, 1994.
- NETO, Augusto Ferreira. Projeto pedagógico. In: revista AMAE: Belo Horizonte, 1996.
- PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997.
- PRADO, Ricardo. Lições para o resto da vida. In: Revista Nova Escola, ano XV, n.131, abril/2000.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1994.
- _____, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 1983.
- _____, Dermeval. Para além da curvatura da vara. São Paulo: Revista Ande n.3, 1982.
- SOUSA, José Vieira de; CORRÊA, Juliane. Projeto pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola. In: Gestão da escola: Desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- VASCONCELLOS, Celso Santos dos. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.
- VEIGA, Ilma P. A; e CARVALHO, M. S. A formação de profissionais da educação. In: MEC. Subsídios para uma proposta de educação integral à criança em sua dimensão pedagógica. Brasília 1994.
- _____, Ilma P. A. (org). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1997.
- _____, Ilma P. A. (org). Escola: espaço do projeto político. Campinas: Papirus, 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.